Documentação relativa à pós-avaliação

Modelo de Nota de Envio à Autoridade de AIA

Dados do projeto (a)	
Designação	Transposição de sedimentos da Foz do Rio Mira para Reforço do Cordão Dunar na Praia da Franquia
Tipologia (b)	Anexo II, nº10, alínea n)
Localização (c)	Concelho de Odemira, Freguesias de Vila Nova de Milfontes e Longueira/Almograve
N.º procedimento AIA (d)	2825
N.º pós-avaliação (e)	574

Identificação do proponente			
Nome ou denominação	Sociedade Polis Litoral Sudoeste, S.A. – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A.		
Contactos do proponente para efeitos de procedimento de pós-avaliação			
Nome	Agostinho Jorge Barbas		
Endereço para correspondência	Rua Serpa Pinto, n.º 32 7630-174 Odemira		
Endereço Eletrónico	info@polislitoralsudoeste.pt		
Telefone	283 300 050	**Fax**	283 322 130

Documentação entregue (f)	
Tipo de documento	**x** Relatório de monitorização | Fator ambiental: Fundos Estuarinos e Património Cultura ☐ Documentação relativa à implementação das medidas e condicionantes da DIA/DCAPE ☐ Outro: _____
Designação	▪ Relatório Pós-avaliação – Relatórios de Monitorização da Fase de Pós-Obra (2019)
Informação confidencial	**X** Não ☐ Sim (anexar fundamentação)

Autoridade de AIA
X Agência Portuguesa do Ambiente
☐ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de _____

Dados do projeto (a)	
Designação	Transposição de sedimentos da Foz do Rio Mira para Reforço do Cordão Dunar na Praia da Franquia
Tipologia (b)	Anexo II, nº10, alínea n)
Localização (c)	Concelho de Odemira, Freguesias de Vila Nova de Milfontes e Longueira/Almograve
N.º procedimento AIA (d)	2825
N.º pós-avaliação (e)	574

Identificação do proponente			
Nome ou denominação	Sociedade Polis Litoral Sudoeste, S.A. – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A.		
Contactos do proponente para efeitos de procedimento de pós-avaliação			
Nome	Agostinho Jorge Barbas		
Endereço para correspondência	Rua Serpa Pinto, n.º 32 7630-174 Odemira		
Endereço Eletrónico	info@polislitoralsudoeste.pt		
Telefone	283 300 050	**Fax**	283 322 130

Documentação entregue (f)	
Tipo de documento	**x** Relatório de monitorização | Fator ambiental: Ecologia ☐ Documentação relativa à implementação das medidas e condicionantes da DIA/DCAPE ☐ Outro: _____
Designação	▪ Relatório Pós-avaliação – Relatórios de Monitorização da Fase de Pós-Obra (2019)
Informação confidencial	**X** Não ☐ Sim (anexar fundamentação)

Autoridade de AIA
X Agência Portuguesa do Ambiente
☐ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de _____

Modelo de Ficha Resumo que acompanha o Relatório de Monitorização

Parte A

Dados Gerais do Relatório		
Denominação do RM [a]	Elaboração de Programa de Monitorização para as Componentes de Evolução dos Fundos Estuarinos e Ecologia, para o Projeto de Transposição de Sedimentos da Foz do Rio Mira para Reforço Dunar	
Empresa ou entidade que elaborou o RM	Bioinsight	
Data emissão do RM	2019 / 12 / 13	Relatório Final [b] ☐ Sim ☒ Não
Período de Monitorização a que se reporta o RM	Relatório da Fase de Pós-Obra (Ano 2 – 2º Semestre)	

Identificação do Proponente, da Autoridade de AIA e da Entidade Licenciadora	
Proponente	Sociedade Polis Litoral Sudoeste S.A. – Sociedade para a Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, S.A.
Autoridade de AIA	X Agência Portuguesa do Ambiente ☐ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional _____
Entidade Licenciadora	APA, Administração de Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.

Dados do Projeto	
Designação [c]	Projeto de Transposição de Sedimentos da Foz do Rio Mira para Reforço do Cordão Dunar da Praia da Franquia
Procedimento de AIA	AIA N.º 2825
Procedimento de RECAPE [d]	-
Nº de Pós-avaliação [e]	PA N.º 574
Áreas Sensíveis [f]	Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) Zona de Proteção Especial (ZPE) (PTZPE0015) da Costa Sudoeste Sítio Costa Sudoeste (PTCON0012)
Principais características do Projeto e projetos associados [g]	O "Projeto de Transposição de Sedimentos da Foz do Rio Mira para Reforço do Cordão Dunar na Praia da Franquia" tem como objetivos a mitigação da erosão na praia da Franquia e a melhoria das condições de navegabilidade no canal principal do estuário, na sua porção terminal.

Fatores ambientais considerados no Relatório de Monitorização [h]			
☐ Socioeconomia	☒ Solos/uso de solos	☐ Paisagem	☐ Património
☐ Qualidade do Ar	☐ Flora/Vegetação	☐ Fauna	☐ Ruído
☐ Recursos Hídricos	☐ Outro _____		

Parte B

Monitorização da Componente de Evolução dos Fundos Estuarinos – Relatório da Fase de Pós-obra (Ano 2 – 2º Semestre)

Dados do Relatório de Monitorização por Fator Ambiental

Fator Ambiental [2] Evolução dos Fundos Estuarinos			
Versão em Vigor do Programa de Monitorização [3]	☐ **DIA** Ξ **DCAPE** ☐ **outro** _____		
Objetivos da Monitorização [4]	Realização de levantamentos topo-hidrográficos, perfis de praia nos locais intervencionadas e adjacentes, recolha e análise granulométrica de sedimentos, e observação da eficácia dos sistemas de retenção sedimentar.		
Fase do Projeto [5]	☐ **Pré-construção** ☐ **Construção** Ξ **Exploração** ☐ **Desativação**		
Período da Monitorização	Outubro de 2019		
Parâmetros, N.º de Pontos e Periodicidade de Amostragem	**Parâmetros**	**N.º de Pontos de Amostragem** [6]	**Periodicidade**
	Levantamentos topo-hidrográficos	Área estuarina intervencionada e a envolvente direta no troço terminal do estuário do rio Mira	• 1 campanha na fase de Pré-obra (praia das Furnas – frente oceânica); • 1 campanha na fase de Obra (imediatamente após o término; • 2 campanhas anuais nos dois anos seguintes e de 5 em 5 anos após essas 2 campanhas (fase de Pós-obra)
	Perfis de Praia	4 perfis na praia da Franquia 4 perfis na praia das Furnas (face oceânica) 3 perfis na praia das Furnas (face estuarina)	• Campanhas em 2 períodos diferenciados – final do verão (setembro/outubro) e final do inverno (abril/maio), na fase de Obra (logo após o término) e durante 5 anos na fase de Pós-obra
	Análise granulométrica de sedimentos de praia	3 recolhas de amostras de sedimentos superficiais por cada perfil de praia	• Campanhas em 2 períodos diferenciados – final do verão (setembro/outubro) e final do inverno (abril/maio), na fase de Obra (logo após o término) e durante 5 anos na fase de Pós-obra
	Observação da eficácia dos sistemas de retenção sedimentar	Área de instalação do sistema e do sistema dunar protegido	• Campanhas anuais durante 5 anos, na fase de Pós-obra

Principais Resultados da Monitorização [7]	Após a análise dos resultados obtidos foi possível verificar que a área dragada já voltou à situação inicial, e que houve uma diminuição considerável da batimetria na área de deposição de areias na praia da Franquia, sobretudo na sua extremidade sudeste, adjacente à área dragada, entre a fase de Obra e Pós-Obra. Na extremidade oeste da face oceânica da praia das Furnas (onde se depositou o excedente da areia dragada) verificou-se também uma significativa diminuição da batimetria na zona mais declivosa, levando a um recuar da zona de espraio. A estimativa do diferencial de volumes indica que se depositou cerca de 121,9% do volume total de areia dragada nos locais dragados, e 44,9% do volume de areia depositado na praia da Franquia foi perdido, entre a fase Obra e 2º ano do Pós-obra. Ainda se verifica uma maior batimetria nos locais onde ocorreu depósito de areias, relativamente à fase de pré-dragagem, contudo os resultados indicam que num curto espaço de tempo (2/3 anos) o volume depositado será perdido na totalidade, caso se mantenha a atual tendência, e que o objetivo de melhoria das condições de navegabilidade na área de estudo está já posto em causa. Não se verificaram alterações de magnitude relevante na área de estudo em zonas fora das áreas de intervenção, entre as fases de Obra e Pós-obra, sendo as áreas mais críticas aquelas onde ocorre o estreitamento do caudal. No que diz respeito à análise por perfil, nos perfis realizados na faze oceânica da praia das Furnas (P01, P02, P03 e P04) verificou-se, de forma geral, alterações muito ligeiras entre a fase de Obra e 1º ano do Pós-obra, com uma remoção mais intensa de areia nos perfis P01 e P02, durante o 1º semestre do 2º ano do Pós-obra. Na presente fase, coincidente com o final do verão, parece ter havido alguma recuperação do perfil P01, para condições semelhantes à fase de Obra. No perfil P02, houve novo avanço da zona de espraio, e a tendência será a de ocorrer uma aproximação às condições iniciais, num curto espaço de tempo. No perfil P03 a batimetria tem-se mantido semelhante entre fases, tendo ocorrido um decréscimo progressivo no início da baixa-praia (zona de espraio), e no perfil P04, verificou-se um aumento geral de batimetria ao longo de todo o perfil entre a fase de Obra e Pós-obra (ano 1), que se manteve para o 1º e 2º semestres do ano 2 da fase de Pós-obra. Nos perfis realizados na face estuarina da praia das Furnas (P05, P06 e P07) tinha-se verificado, entre a fase de Obra e de Pós-obra (ano 1), uma perda de areia no perfil P05 (na baixa praia) e P06 (na alta praia), e um aumento de batimetria no perfil P07. Durante o 1º semestre do 2º ano do Pós-obra, houve um ligeiro aumento da batimetria no perfil P05, na média/alta praia, e um ligeiro decréscimo na batimetria do perfil P06, enquanto no perfil P07 se manteve a tendência de aumento da batimetria do perfil. Na presente fase, houve uma redução na batimetria do perfil P05, na média-praia, enquanto o restante perfil mantém condições semelhantes ao verificado no 1º ano do Pós-obra. Parece, portanto, ter havido alguma estabilização neste local, depois da redução verificada após a fase de Obra. No perfil P06 manteve-se a progressiva diminuição da batimetria, em todo o perfil. No perfil P07, que tinha demonstrado uma tendência de aumento da batimetria, houve uma redução entre o 1º e 2º semestre do ano 2 do Pós-obra, tendo o perfil estabilizado com a mesma batimetria verificada no Pós-obra (ano 1). Nos perfis realizados na praia da Franquia (P08, P09, P10 e P11) tinha-se verificado entre a fase de Obra e fase de Pós-obra (ano 1), uma perda de areia na baixa praia, com exceção do perfil P08, onde a batimetria se manteve entre a Obra e Pós-obra. Essa tendência parece ter sido atenuada durante o 1º semestre do 2º ano do Pós-obra. No 2º semestre do 2º ano do Pós-obra, voltou a acentuar-se a perda de areia na baixa-praia. O perfil P08 localiza-se numa área mais resguardada da força da corrente, na zona norte da bacia, enquanto a base dos outros perfis coincide com o centro do canal, onde a corrente mais forte deverá fazer o transporte de areia. Os resultados das amostragens em 3 momentos no tempo (Obra e Pós-obra (Ano 1 e Ano 2) permitiram aferir que nas áreas dragadas já se voltou à situação inicial, e nas áreas de enchimento poderá atingir-se a situação inicial dentro de 2 a 3 anos, caso a dinâmica verificada no sistema se mantenha. Verificou-se uma grande velocidade de assoreamento, nas áreas dragadas, que se deverá ao facto de o sistema estuarino do Mira ser bastante hidrodinâmico. Tendo em consideração os padrões de sedimentação verificados nesta área deve ser equacionada a

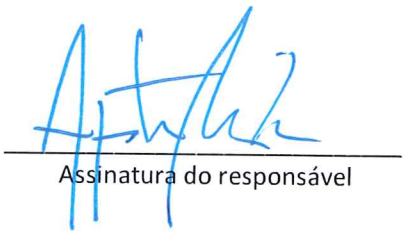
	realização de dragagens de manutenção das intervenções executadas, tal como definido no EIA (Nemus, 2015a, 2015b e 2015c) e RECAPE (Nemus, 2016a, 2016b) deste projeto como medida de manutenção em fase de exploração, para conservação das condições de navegabilidade atingidas com o projeto, um dos objetivos do projeto, e a manutenção da batimetria na praia da Franquia. Em Fase de EIA foi previsto que as alterações provocadas pelas ações de dragagem iriam beneficiar as condições geológicas e fisiográficas do estuário, assim como diminuir os impactes resultantes da erosão que se verifica neste tipo de sistema. Nesta fase considera-se que as alterações verificadas decorrentes das ações de dragagem resultam ainda na ocorrência de impactes moderadamente positivos decorrentes das ações de realimentação da praia da Franquia, com uma diminuição dos impactes resultantes da erosão que se verifica neste tipo de sistema; e que os impactes revelam-se nulos, nesta fase, relativamente à beneficiação das condições geológicas e fisiográficas do estuário, decorrente das ações de dragagem. No EIA (Nemus, 2015a, 2015b e 2015c) tinha sido feita a previsão da necessidade de dragagens de manutenção periódicas, uma vez que se está perante um sistema dinâmico, em permanente evolução, com a previsível deposição gradual de sedimentos nas zonas intervencionadas. Contudo, o Estudo Prévio estimou que ocorresse à escala da década, verificando-se agora essa necessidade a uma escala temporal muito inferior. No que diz respeito à análise de sedimentos, refere-se que os resultados obtidos evidenciam a ocorrência de material maioritariamente arenoso, com uma granulometria a variar entre os 2 e 0,063 mm. Os resultados obtidos, estão de acordo com o verificado na Fase de EIA, onde também se verificou que as amostras recolhidas eram compostas maioritariamente por sedimentos com granulometria a varia entre os 2 e 0,063 mm. Desta forma, assinala-se que os impactes resultantes das ações de dragagem não tiveram impacte sobre a dinâmica de sedimentos presentes na área de estudo, evidenciando-se que continua a existir compatibilidade granulométrica dos sedimentos para reforça das dunas e das praias. Relativamente ao sistema de retenção sedimentar, assinala-se que a paliçada que a constitui apresenta, de um modo geral, um estado de degradação elevado, em que as canas que o constituem estão já esparsas, não impedindo o atravessamento da área por banhistas. Na extremidade da paliçada verifica-se um pisoteio bastante intenso, que impede a acumulação de areia e fixação de vegetação. Verifica-se também a acumulação de matéria vegetal morta na extremidade norte da paliçada, que poderá dificultar o crescimento de nova vegetação. Na face da duna próxima da avenida Marginal verifica-se que a vegetação apresenta um bom estado geral, com uma cobertura na ordem dos 80%. A vegetação é bastante mais esparsa, ou até ausente, nos 5 locais identificados como principais pontos de atravessamento por banhistas. A fisiografia da duna mantém o mesmo perfil, tendo na presente fase ocorrido uma diminuição da sua altura entre os 0 e 10cms, nalguns locais, algo que poderá ser uma variação natural do sistema dunar. É de realçar que se verifica, através da observação do pisoteio e da fisiografia da duna, que a área se mantém intensamente utilizada, sobretudo nalguns locais, tendo a eficácia da medida sido reduzida.

<table>
<tr><th colspan="2">CONCLUSÕES</th></tr>
<tr><td>Eficácia das condicionantes e medidas de minimização e compensação [8]</td><td>No final da presente fase, verifica-se que ocorreu um impacte nulo nas áreas onde foi efetuada dragagem, e verifica-se ainda um impacte positivo nas áreas onde se procedeu à alimentação ou enchimento com areia, nomeadamente na praia da Franquia, decorrentes das ações de dragagem sobre os fundos estuarinos no estuário do rio Mira. Este impacte positivo ocorreu, contudo, numa extensão muito menor do que o previsto, e prevê-se que aquele impacte positivo se torne nulo numa escala temporal curta. Dada a natureza do impacte, não foram implementadas medidas para prevenção ou redução do mesmo.
No que diz respeito ao sistema de retenção sedimentar, realizou-se a segunda campanha de observação da eficácia do sistema de retenção, correspondente ao segundo ano após a sua instalação. Verifica-se que a eficácia da implementação da medida foi reduzida, mantendo-se a presença de pisoteio na zona dunar protegida pelo sistema de retenção, e uma degradação crescente da paliçada que o constitui.</td></tr>
<tr><td>Proposta de novas medidas, alteração ou suspensão de medidas [9]</td><td>De acordo com os resultados apresentados, verificou-se a ocorrência de impactes moderadamente positivos decorrentes das ações de realimentação da praia da Franquia, com uma diminuição dos impactes resultantes da erosão que se verifica neste tipo de sistema. Os impactes revelam-se, nesta fase, nulos relativamente à beneficiação das condições geológicas e fisiográficas do estuário, decorrente das ações de dragagem.

Os impactes positivos ocorreram, portanto, numa extensão bastante menor do que a esperada, pelo que deve ser, desde já, equacionada a realização de dragagens de manutenção das intervenções executadas, de acordo com o que foi previsto em fase de EIA como medida de manutenção em fase de exploração, para conservação das condições de navegabilidade atingidas com o projeto, um dos objetivos do projeto, e a manutenção da batimetria na praia da Franquia.

Relativamente à análise da eficácia do sistema de retenção sedimentar instalado, os resultados indicam que o sistema dunar protegido pela paliçada instalada continua a sofrer pisoteio, sendo aquela área utilizada como zona de atravessamento de banhistas, pelo que não se prevê que possa ocorrer o restabelecimento natural da vegetação. A paliçada instalada apresenta já um elevado estado de degradação. Assim, deve ser considerado um reforço da medida, quer seja pelo reforço da paliçada existente, quer seja pela implementação de medidas complementares que impeçam o atravessamento da área. Deve também ser considerado a implementação de ações de manutenção pontuais.</td></tr>
<tr><td>Recomendações [10]</td><td>• Tendo em consideração os padrões de sedimentação verificados nesta área deve ser equacionada a realização de dragagens de manutenção das intervenções executadas, tal como definido no EIA (Nemus, 2015a, 2015b e 2015c) e RECAPE (Nemus, 2016a, 2016b) deste projeto como medida de manutenção em fase de exploração, para conservação das condições de navegabilidade atingidas com o projeto, um dos objetivos do projeto, e a manutenção da batimetria na praia da Franquia.
• Relativamente à análise da eficácia do sistema de retenção sedimentar instalado, os resultados indicam que o sistema dunar protegido pela paliçada instalada continua a sofrer pisoteio, sendo aquela área utilizada como zona de atravessamento de banhistas, pelo que não se prevê que possa ocorrer o restabelecimento natural da vegetação. A paliçada instalada apresenta já um elevado estado de degradação. Assim, deve ser considerado um reforço da medida, quer seja pelo reforço da paliçada existente, quer seja pela implementação de medidas complementares que impeçam o atravessamento da área. Deve também ser considerado a implementação de ações de manutenção pontuais.</td></tr>
<tr><td>Conclusões globais para o caso de RM Final [11]</td><td>Não aplicável, uma vez que o relatório não corresponde ao relatório final da monitorização.</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Proposta de Programa de Monitorização</td><td>X Manutenção</td></tr>
<tr><td>☐ Alteração [12] 1.</td></tr>
<tr><td>☐ Cessação</td></tr>
<tr><td>Fundamentos que sustentam a proposta [13]</td></tr>
<tr><td></td><td>Tendo em consideração os padrões de sedimentação verificados nesta área, propõe-se que se mantenha a monitorização, de forma a continuar a acompanhar o fenómeno de assoreamento nas áreas dragadas e erosão nas praias que foram alvo de enchimento com areia. É importante que se mantenha a monitorização, sobretudo se se proceder a implementação de dragagens de manutenção.</td></tr>
</table>

Data 2019/12/13



Assinatura do responsável

Notas Informativas:

- De acordo com o referido no ponto 1.7 do Anexo V da Portaria N.º 395/2015, de 4 de novembro a Ficha Resumo deve respeitar as especificações técnicas definidas no documento *Requisitos técnicos e número de exemplares de documentos a apresentar em suporte digital* publicado no portal da Agência Portuguesa do Ambiente.
- O preenchimento da Ficha Resumo, da responsabilidade do proponente, consubstancia documento autónomo ao Relatório de Monitorização e é enviada à Autoridade de AIA em simultâneo com o respetivo Relatório de Monitorização.
- A Ficha Resumo está concebida de modo a concentrar, num único documento, informação resumida e relevante do relatório, por forma a permitir uma perceção clara e imediata sobre os principais resultados da monitorização, os efeitos ambientais provocados pelo(s) projeto(s), assim como sobre a eficácia das medidas de minimização implementadas e/ou a adequabilidade do Programa de Monitorização.
- Toda a informação incluída na Ficha Resumo deve constar do Relatório de Monitorização.
- A Ficha Resumo que acompanha o Relatório de Monitorização integra 2 partes distintas, designadamente a Parte A que compreende dados gerais do Relatório de Monitorização, do projeto e das entidades envolvidas/responsáveis e a Parte B com os *Dados do Relatório de Monitorização por Fator Ambiental*.

Orientações de Preenchimento da Ficha Resumo:

Deverá ser preenchida uma Ficha Resumo por projeto de execução.

No entanto, caso o Programa de Monitorização seja comum a mais do que um projeto, deverá ser apresentada uma Ficha Resumo única para o conjunto dos projetos em causa. Neste caso a parte A da Ficha Resumo é preenchida uma única vez, devendo a informação relativa à *Identificação do Proponente, da Autoridade de AIA e da Entidade Licenciadora* e aos *Dados do Projeto* ser replicada e incluir informação individualizada de cada um dos projetos e entidades envolvidas/responsáveis.

Em qualquer dos casos, sempre que um relatório integre a monitorização de mais do que um fator ambiental, a parte B desta ficha é preenchida em número de vezes igual ao número de fatores ambientais monitorizados.

Notas explicativas de Preenchimento da Ficha Resumo:

Parte A - Dados Gerais do Relatório

(a) Denominação do Relatório de Monitorização em conformidade com o título do documento.

(b) Indicar caso se trate do Relatório Final do Programa de Monitorização previsto no ponto 1.6 do Anexo V da Portaria 395/2015, de 4 de novembro.

(c) Denominação do projeto de execução de acordo com a designação atribuída aquando do procedimento de AIA ou caso se aplique aquando do procedimento do RECAPE.

(d) Se aplicável indicar o n.º de RECAPE

(e) Indicar o n.º de Pós-avaliação atribuído ao projeto sempre que o mesmo já tenha sido comunicado ao proponente (nota: o n.º de pós-avaliação será atribuído e comunicado ao promotor após receção da informação referida na a) do ponto 3 da Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro).

(f) Afetação, total ou parcial, de áreas sensíveis nos termos da definição constante da alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação.

(g) Indicar as principais características do projeto e projetos associados, em conformidade com as tipologias e parâmetros tipificados no Anexo I ou II do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação.

(h) Indicar os fatores ambientais que foram monitorizados e são considerados no Relatório de Monitorização referenciado.

Parte B – Dados do Relatório de Monitorização por Fator ambiental:

(1) Denominação do relatório em conformidade com a referenciada na parte A da Ficha Resumo.

(2) Identificar o fator ambiental e caso se aplique a respetiva especificidade desse fator ambiental objeto de monitorização (a título de exemplos: para os fatores ambientais flora ou fauna, especificar o grupo ou espécie em causa; para os recursos hídricos, indicar águas superficiais, águas subterrâneas ou erosão hídrica; (...)).

(3) Indicar a versão do Programa de Monitorização que está em vigor e o âmbito em que o mesmo foi aprovado e/ou revisto (ex: DIA, DCAPE, 3º ano da fase de exploração, aquando aprovação do Relatório X).

(4) Apresentar uma síntese dos objetivos da monitorização.

(5) Indicar a fase do projeto na data da realização da monitorização.

(6) Indicar o n.º de pontos de amostragem, nas zonas de influência do projeto e nas áreas de controlo.

(7) Apresentar uma síntese dos resultados mais relevantes e os impactes ambientais identificados no RM, relacionando-os com as atividades do projeto, com os resultados de monitorizações anteriores e com os impactes identificados no procedimento de AIA. Realçar os impactes não previstos no procedimento de AIA e a respetiva relação com o projeto.

(8) Indicação sintetizada das condicionantes e medidas de minimização e compensação implementadas no âmbito do fator ambiental e respetiva eficácia. Para as condicionantes ou medidas que não esteja demonstrada a sua eficácia, devem ser indicadas as causas e os impactes em questão

(9) Indicar a necessidade de alteração de medidas, implementação de medidas corretivas/adicionais e/ou suspensão de medidas, com base nos impactes ambientais em causa.

(10) Indicar eventuais recomendações a ter em consideração em futuras campanhas de monitorização ou nos próximos relatórios, bem como resumidamente os fundamentos que as sustentam.

(11) Caso o relatório configure o Relatório Final do Programa de Monitorização previsto no ponto 1.6 do Anexo V da Portaria 395/2015, de 4 de novembro, devem ser indicadas as principais conclusões resultantes de uma análise integrada e global dos resultados (principais impactes ambientais, eficácia das condicionantes e medidas previstas) obtidos ao longo do período de monitorização. Em função dos resultados deve ser avaliada a necessidade de dar continuidade à monitorização.

(12) Indicar os aspetos que consubstanciam proposta de alteração ao Programa de Monitorização.

(13) Indicar resumidamente os fundamentos que sustentam a proposta para a manutenção, cessação ou revisão do programa de monitorização.